



Processo : 13807.007958/99-56

Acórdão : 202-13.126

Recurso : 116.896

Sessão : 28 de agosto de 2001

Recorrente : PAULISTÂNIA PANIFICADORA LTDA.

Recorrida : DRJ em São Paulo - SP

NORMAS PROCESSUAIS - PRAZOS - PEREMPÇÃO - Recurso apresentado após o decurso do prazo consignado no *caput* do artigo 33 do Decreto nº 70.235/72. Recurso que não se toma conhecimento, por perempto.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: PAULISTÂNIA PANIFICADORA LTDA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, por perempto.** Ausente, justificadamente, o Conselheiro Alexandre Magno Rodrigues Alves.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 2001

Marcos Vinicius Neder de Lima
Presidente e Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Antonio Carlos Bueno Ribeiro, Luiz Roberto Domingo, Adolfo Montelo, Ana Paula Tomazzete Urroz (Suplente), Eduardo da Rocha Schmidt, Ana Neyle Olímpio Holanda e Dalton Cesar Cordeiro de Miranda.

cl/ovrs



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 13807.007958/99-56

Acórdão : 202-13.126

Recurso : 116.896

Recorrente : PAULISTÂNIA PANIFICADORA LTDA.

RELATÓRIO

A empresa acima identificada, nos autos qualificada, apresentou à Delegacia da Receita Federal em São Paulo – SP pedido de restituição/compensação, referente à Contribuição para o Fundo de Investimento Social – FINSOCIAL, em razão de recolhimentos efetuados a maior no período de 09/89 a 01/92.

Pelo Despacho Decisório nº 1.225/00, o Delegado da Receita Federal em São Paulo indeferiu a restituição pleiteada (fl. 64).

Inconformada, a contribuinte apresentou a tempestiva Impugnação de fls. 66/72, alegando em síntese que:

- a) o Ato Declaratório SRF nº 96/99 viola o disposto nos artigos 3º e 9º do DL nº 2.049/83, que estabelecem o prazo prescricional de dez anos, a contar da data prevista para o recolhimento do FINSOCIAL, devendo, por conseguinte, ser este também o prazo prescricional aplicável ao direito de pleitear a restituição do indébito;
- b) o STF, em ação declaratória de constitucionalidade assentou a possibilidade de compensação do excesso recolhido com outras contribuições, declarando serem constitucionais as restrições impostas pelas IN SRF nºs 21 e 73 de 1997. Igualmente constitucionais as disposições do Ato Declaratório SRF nº 96/99, que não tem força de lei e tampouco pode revogar ou mesmo alterar o que estabelece o DL nº 2.049/83;
- c) não pode o Estado ter assegurado o direito de exigir que a contribuinte retenha por dez anos os documentos comprobatórios do FINSOCIAL, sob pena de ter que recolhê-los, contrariando, inclusive, a prescrição tributária, de cinco anos, contida no CTN, e, por outro lado, negar a contribuinte o implícito direito de ver-se igualado no seu direito de pleitear, no mesmo prazo, a restituição/compensação daquilo que recolheu a maior, tendo em



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 13807.007958/99-56

Acórdão : 202-13.126

Recurso : 116.896

vista que tal conduta implicaria negar o preceito constitucional, inserto no art. 5º, de que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza; e

d) aponta equívoco constante do presente **Despacho** Decisório ao assinalar o ano de 1996, como o ano de edição do CTN. Reitera que o AD nº 96/99, amparado em simples parecer da PGFN, não pode alterar, infirmar ou modificar o DL nº 2.049/83, e, para melhor fundamentar suas alegações, reproduz decisões exaradas por outros tribunais, que laboram preconizando a aplicação do prazo decadencial de dez anos.

Da análise dos elementos constitutivos dos autos, o Delegado da Receita Federal de Julgamento em São Paulo - SP negou o pedido de **restituição**, ementando, assim, sua decisão (fl. 87):

“FINSOCIAL. RESTITUIÇÃO. DECADÊNCIA.

O direito de o contribuinte pleitear a **restituição de tributo** ou contribuição pago indevidamente, ou em valor maior que o devido, extingue-se após o transcurso do prazo de 5(cinco) anos, contado da data da **extinção** do crédito tributário.

SOLICITAÇÃO INDEFERIDA”.

Ciente da decisão singular, em 21/12/00, a interessada interpôs recurso voluntário ao Segundo Conselho de Contribuintes, em 24/01/01 (fls. 94/103), reiterando os argumentos trazidos na peça impugnatória.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

159

Processo : 13807.007958/99-56

Acórdão : 202-13.126

Recurso : 116.896

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR MARCOS VINICIUS NEDER DE LIMA

Conforme atesta o AR de fl. 93, a interessada tomou conhecimento da decisão recorrida, em 21/12/00, apresentando recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes tão-somente em 24/01/01 (fl. 94), no 34º dia após a referida ciência.

Destarte, tendo a contribuinte interposto o apelo fora do prazo máximo de 30 dias, previsto no *caput* do artigo 33 do Decreto nº 70.235/72, ocorre a perda do direito de recorrer. Perempto o recurso, consolida-se a decisão de primeira instância na esfera administrativa.

Isto posto, não conheço do recurso voluntário apresentado.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 2001

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Neder de Lima".

MARCOS VINICIUS NEDER DE LIMA